

Título original:
Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)

Introdução («Que fazer com a I República?»): © Luciano Amaral e Edições 70 Lda., 2011
«O 5 de Outubro: anatomia e significado de uma revolução»: © Fernando Martins e Edições 70 Lda., 2011
«Política e direito nos alvares da I República»: © António Araújo, Luís Bigote Chorda e Edições 70 Lda., 2011
«República e religião, ou a procura de uma separação»:
© Bruno Cardoso Reis, Sérgio Ribeiro Pinto e Edições 70 Lda., 2011
«A República e a guerra»: © Pedro Oliveira e Edições 70 Lda., 2011
«Sídónio Pais e o sidonismo»: © Filipe Ribeiro de Meneses e Edições 70 Lda., 2011
«Da "Nova República Velha" ao Estado Novo, a procura de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar»:
© Bruno Cardoso Reis e Edições 70 Lda., 2011
«A economia portuguesa na I República»: © Luciano Amaral, Álvaro Ferreira da Silva e Edições 70 Lda., 2011

Capa de FBA

Depósito Legal n.º 328875/11

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

OUTUBRO

Outubro : a revolução republicana em Portugal
(1910-1926). - (Lugar da história)
ISBN 978-972-44-1661-8

CDU 94(469)1910/1926*
323

Paginação:
M/A

Impressão e acabamento:

PENTABRO

para
EDIÇÕES 70, LDA.

em

Maio de 2011

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa
por Edições 70

EDIÇÕES 70, LDA.

Rua Luciano Cordeiro, 123 - 1.ª Esq.ª - 1069-157 Lisboa / Portugal

Tel.: 213190240 - Fax: 213190249

e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

LUCIANO AMARAL (ORG.)
OUTUBRO:
A REVOLUÇÃO
REPUBLICANA
EM PORTUGAL
(1910 - 1926)

70

Índice

AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	
QUE FAZER COM A I REPÚBLICA?	13
FERNANDO MARTINS	
“O 5 DE OUTUBRO: ANATOMIA E SIGNIFICADO DE UMA REVOLUÇÃO”	93
O Problema	93
O Acontecimento	98
Origens, formação e consolidação	104
As Sequelas do 5 de Outubro ou a “república para os republicanos” ..	109
Explicação da Natureza Política do 5 de Outubro.....	112
.... e do Seu Significado e Consequências	114
ANTÔNIO DE ARAÚJO	
LUIZ BIGOTTE CHORÃO	
POLÍTICA E DIREITO NOS ALVORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA	117
O Governo Provisório	117
O debate constitucional	129
A fiscalização da constitucionalidade das leis	134
Epílogo	139
BRUNO CARDOSO REIS	
SÉRGIO RIBEIRO PINTO	
REPÚBLICA E RELIGIÃO, OU A PROCURA DE UMA SEPARAÇÃO	141
1. A Religião na queda da Monarquia Constitucional	141

2. «Questão religiosa» e o religioso em questão: uma resposta republicana radical	145	1. O caminho até à instauração da República	260
3. Separação de 1911: continuidade, ruptura e católicos reclamam separação a sério	148	2. Crescimento e mudanças durante a I República	265
4. As diversas correntes políticas e religiosas face à Lei da Separação	152	3. Finanças públicas: continuidade e mudança	270
5. Repressão republicana e Guerra religiosa?	157	4. O impacto da I Guerra Mundial na situação financeira	274
6. O Sidonismo: revisão da Lei de Separação e renovação das relações com o Catolicismo	162	5. Estabilização monetária e financeira durante o período republicano (1922-1926)	280
7. República nova ou velha na questão religiosa?	168	6. A República no pós-Guerra: o dilema inflação vs. Deflação	286
8. O 28 de Maio: um pronunciamento militar e religioso?	174	7. Conclusão	289
9. Fátima: o religioso extravasando o Estado e a Igreja e sua gradual assimilação	176	BRUNO CARDOSO REIS	
10. Adaptações e resistências a caminho do diálogo	179	DA NOVA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO (1919-1930)	
PEDRO AIRES OLIVEIRA		APROCURADOR UM GOVERNO NACIONAL DE AFONSO COSTA A SALAZAR	299
A REPÚBLICA E A GUERRA, 1914-1918	185	1. A restauração da República Velha em 1919	301
Ir à guerra sem convite?	185	2. Governos na sombra de Afonso Costa: o PRP, os outros partidos e os Presidentes	305
Uma mobilização incompleta	194	2.1 O PRP/PPD e o fantasma de Afonso Costa	306
Safaris sangrentos: Angola e Moçambique	205	2.2 O PRP/PPD de vitória em vitória até à derrota final: o partido dominante e os outros	308
Derrocada doméstica	212	2.3 Obstáculos às estratégias de governação e uma ditadura como solução	314
La Lys e depois	217	2.4 Presidentes da República, entre resignados e resignatários	318
Semear ventos, colher tempestades	222	3. Uma política violenta e a militarização da política	321
FILIPE RIBEIRO DE MENESES		3.1 Os militares e a política na I República	322
SIDÓNIO PAIS E O SIDONISMO	227	3.2 A Violência Política e a Politização das Forças Armadas contra o PRP/PPD	323
Introdução	227	3.3 O 28 de Maio de 1926, um pronunciamento militar que quis ser nacional	328
Dados biográficos	229	4. Conclusão – Ditadura Militar, Estado Novo e fim da República? ..	331
O 5 de Dezembro	234	4.1 Conclusão: a demanda de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar	334
Sidónio Pais e o esforço de guerra português	236	NOTAS	339
Política	240	NOTAS BIOGRÁFICAS	373
Deslumbramento	244		
Morte de Sidónio Pais	252		
O que foi, então, o sidonismo?	254		
ÁLVARO FERREIRA DA SILVA			
LUCIANO AMARAL			
A ECONOMIA PORTUGUESA NA I REPÚBLICA	257		
Introdução	257		

QUADRO IX
Estabilização cambial no pós-guerra, 1922-1931

	Ano de retorno ao padrão-ouro	Nova paridade como percentagem da de 1914
<i>Depreciação cambial superior a 90%</i>		
Alemanha	1923	0,0000000001
Polónia	1926	0,0000026
Áustria	1922	0,000007
Hungria	1924	0,00069
Bulgária	1924	3,8
Portugal	1931	5,3
<i>Depreciação cambial entre 70 e 90%</i>		
Finlândia	1924	13,0
Bélgica	1926	14,5
Checoslováquia	1923	14,6
França	1926	20,3
Itália	1926	27,3
<i>Retorno ao padrão-ouro com a paridade de antes da guerra</i>		
Suécia	1922	100
Holanda	1924	100
Suíça	1924	100
Reino Unido	1925	100
Dinamarca	1926	100
Noruega	1928	100

FONTE: Charles H. Feinstein *et al.*, *op. cit.*; Portugal: Fernando Teixeira dos Santos, "E o último a aderir ao padrão-ouro, Julho-Setembro 1931", in Jorge Braga de Macedo *et al.*, *Convertibilidade Cambial*, Lisboa, Banco de Portugal e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1994

BRUNO CARDOSO REIS

*Da Nova República Velha ao Estado Novo
(1919-1930)*

*A procura de um governo nacional
de Afonso Costa a Salazar*

A Nova República Velha é a designação corrente nos estudos da I República para designar o período entre 1919 e 1926, que veio a ser o último da história do regime ainda novo, mas precocemente envelhecido, da Constituição de 1911. Corresponde portanto ao terceiro ciclo da vida da I República, após o falhanço dos anos fundadores de 1910-1917 em consolidar uma república parlamentarista, e após a tentativa ainda mais rapidamente falhada, em 1917-1918, de Sidónio Pais criar uma República Nova de tipo presidencialista.

A relevância deste período deveria ser evidente. No entanto, se há queixas de que pouco se estuda a I República, isso é ainda mais flagrante relativamente ao período de 1919-1926, quando comparado com os períodos anteriores do primeiro regime republicano.⁽¹⁾ E no entanto, se a I República é relevante, então as razões do seu fim também o deveriam ser. O facto de o regime republicano ter sido caracterizado por muitos governos de coligações variadas não é suficiente explicação para o seu fim precoce – como torna evidente o exemplo da III República Francesa (1871-1940), que durou décadas com essas características, mas com estabilidade no pessoal ministerial, nos partidos e respectivos programas governativos, e sem golpes frequentes.⁽²⁾

Mesmo para os que consideram que o regime salazarista tem sido mais estudado na historiografia recente por ser mais importante do que a I República, nomeadamente pela sua maior durabilidade, ainda assim deveria ser relevante entender este período de 1919-1926. Pois foi este o período em que Salazar ganhou experiência política como um dos líderes do Centro Católico. Estes anos foram também decisivos para

determinar quais os grandes problemas que Salazar teve inicialmente de enfrentar e ultrapassar para consolidar o seu regime — nomeadamente a questão religiosa, a crise orçamental, a fraqueza crónica do governo e as relações com os militares.

Num texto que pretende ser mais explicativo que narrativo, iremos estruturar a nossa análise da Nova República Velha em torno de três aspectos essenciais:

1. O conturbado renascimento do regime político parlamentar assente na constituição republicana de 1911, apenas levemente revisto;
2. Os principais actores e tendências, de forma a delinear os contornos da política neste período derradeiro da I República;
3. A violência na política, a politização dos militares e a militarização da política que permitem perceber por que é que a Nova República Velha era um sistema político propício a um golpe militar como o que triunfou a 28 de Maio de 1926.

A tese fundamental deste texto é a de que a preocupação dominante na política portuguesa ao longo de todo este período foi o da imperiosa necessidade de construir algum tipo de governo nacional supra-partidário para resolver a crise estrutural do país e do regime republicano, que ia desde os problemas do funcionamento da política partidária e parlamentar até à forte inflação e défice orçamental, sendo todos os problemas agravados pela dificuldade em governos fracos de coligação e de curta duração levarem a cabo reformas consistentes e credíveis, ou conterem a violência na política e fora dela.

Portanto, Oliveira Salazar, que como referimos se estreou como protagonista político neste período, não fez mais do que capitalizar habilmente esta demanda de união nacional para criar a sua União Nacional em 1930 e um regime autoritário nas circunstâncias favoráveis para tal de Ditadura Militar. Antes dele, já o carismático e polémico Afonso Costa, o mais destacado político de todo o período da I República e um dos mais argutos líderes republicanos, tinha tentado, repetidamente em vão, durante este período da Nova República Velha

formar um governo nacional supra-partidário, impondo tal condição para aceitar os sucessivos convites que lhe foram feitos para chefiar novamente o executivo português entre 1919 e 1925. O falhanço de Afonso Costa, ou de qualquer outro líder republicano, em conseguí-lo durante a Nova República Velha foi condição do sucesso de Salazar na criação de um Estado Novo. Porém, se o regime salazarista foi apenas uma das formas possíveis de concretização desse anseio insistente e cada vez mais unânime de um governo forte de união nacional supra-partidário; também é verdade que um regime pluri-partidário e parlamentarista como o da I República dificilmente poderia sobreviver perante uma tão forte tendência que contrariava os seus pilares constituintes.

Aquilo que iremos procurar perceber, portanto, é por que não conseguiu consolidar-se o primeiro regime republicano português, acabando por chegar a um ponto, em Maio de 1926, em que uma série de líderes militares marcharam sem oposição efectiva sobre Lisboa e depuseram um governo do PRP/PD, que no entanto tinha alcançado uma maioria absoluta no parlamento recentemente eleito, em finais de 1925, acabando com o regime parlamentar da I República para instaurar uma Ditadura Militar.

Como é que tal aconteceu? Do nosso ponto de vista para responder é crucial perceber o funcionamento do sistema político, e a sua relação com a violência política e as Forças Armadas. A economia portuguesa até podia crescer mas o sistema político não parecia capaz de gerir conflitos que mesmo uma transformação positiva pode gerar. As ideias políticas podiam estar a mudar, mas se sectores mais à direita ganharam terreno neste campo com o integralismo da *Nação Portuguesa*, o mesmo de poderia dizer de sectores mais à esquerda com o socialismo da *Seara Nova*. A questão do regime foi definida pelo destino do partido dominante do sistema, o Partido Republicano Português, e por quem tinha mais forças armadas do seu lado.

1. A restauração da República Velha em 1919

A restauração da república parlamentarista dominada pelo Partido Republicano Português-Partido Democrático (PRP/PD) — dita «Repú-

blica Velha» – deveu-se em primeiro lugar ao rápido colapso da «República Nova» presidencialista, após o atentado fatal, a 14 de Dezembro de 1918, na estação do Rossio, contra o carismático «Presidente-Rei» Sidónio Pais. Esta «Nova República Velha» deveu-se também ao fracasso de uma outra tentativa de restauração, a da Monarquia, que foi tentada, em Janeiro-Fevereiro de 1919, com algum sucesso temporário no Norte do país, tendo-se mesmo formado um governo provisório monárquico no Porto, presidido por Paiva Couceiro, o grande resistente monarquista ao regime republicano desde o 5 de Outubro de 1910.

Esta breve «Monarquia do Norte» voltou a enfrentar alguns dos problemas fundamentais de Outubro de 1910, mas agora de forma mais aguda. Foi incapaz de conquistar apoios decididos e activos de uma clara maioria dos oficiais e forças do Exército. Teve contra si a capacidade de mobilização armada das milícias populares mais ou menos organizadas do PRP/PD e a força da artilharia dos navios da Marinha baseados no estuário do Tejo. Sofreu ainda da capacidade desmobilizadora do rei D. Manuel II e dos seus principais conselheiros, cuja vontade de pacificação da vida nacional não os abandonou mesmo depois de 1910, tendo o último Bragança-Coburgo mostrado sempre fortes reservas a qualquer tentativa armada de lhe restaurar o trono.

O PRP/PD voltou, portanto, a dominar Lisboa, no início de 1919, e rapidamente na sequência disso recuperou o controlo do sistema político. Não houve, no entanto, um completo regresso ao passado, pois o seu predomínio político não se afirmou com a mesma confiança e empenho militante de 1910. Cedo as dificuldades, quer endógenas ao PRP/PD, quer exógenas, resultantes da difícil situação do país e do conturbado contexto internacional, vieram ao de cima. O regime da «Nova República Velha» viveu em crise quase permanente, como factos, acções e testemunhos deixarão claro nas páginas que se seguem.

Uma importante novidade foi ter ficado congelada, ainda que não tenha sido completamente invertida, a vertente mais radical da política do PRP entre 1910-1917 – a revolução cultural laicista que passou por uma forte repressão da Igreja Católica em geral, e em particular dos bispos e das ordens religiosas.⁽³⁾ Não voltou Afonso Costa, o líder

histórico do PRP/PD, que optou por permanecer em Paris, pelo menos por algum tempo, aparentemente seguindo a recomendação de alguns dirigentes do PRP/PD que temiam que o seu regresso prematuro pudesse descarriar a consolidação da Nova República Velha. A acalmção da vida portuguesa, ponto principal da agenda política de Sidónio Pais, foi portanto retomada pela liderança fragmentada do PRP/PD como forma de consolidar o seu controlo sobre o Estado e o regime, inclusive o exílio – agora voluntário – de Afonso Costa. Porém, se governar calmamente era o que a elite republicana pretendia com a Nova República Velha, não foi isso que aconteceu.

Novas foram também as tentativas de unificar a direita republicana no Partido Republicano Liberal (PRL) a partir de 1919, e no Partido Nacionalista Republicano (PNR) a partir de 1923. Estes esforços foram igualmente resultado de um balanço negativo do período anterior, feito à direita, que resultou na tentativa de criar uma alternativa sólida e credível ao PRP/PD num quadro parlamentar para contrariar a anterior fragmentação. Mas estes dois partidos revelaram-se incapazes de fundir verdadeiramente as diversas facções e diversas personalidades em competição pela liderança da direita. Na direita abundavam chefes e faltavam índios, que o mesmo é dizer, eleitores. Tanto mais quanto além destas, ainda havia as direitas não-republicanas que não se enquadravam sequer neste esforço de unificação, como sejam os católicos e os monárquicos – estando aliás, mesmo estas duas correntes, divididas em várias facções. Portanto, velho era o facto de que o PRP/PD, apesar de dividido em cada vez mais facções, continuar a poder contar com a vantagem de enfrentar uma direita ainda mais dividida.

Novo também no leque partidário foi o PCP, fundado em 1921, mas mais de notar nesta época pela novidade radical das suas ideias, pelo choque que causou nas elites tradicionais, e pelo seu futuro, do que pela sua importância como organização de militantes que na época era muito incipiente e reduzida. A grande força no sector mais à esquerda era o anarco-sindicalismo, agrupado na nova central sindical CGT, criada em 1919. Velho e importante facto era que, ao contrário do esperado por muitos em 1910, continuava a ser escassa ou nenhuma

a protecção dos trabalhadores em caso de acidentes de trabalho, de doença, ou desemprego; de o horário e condições de trabalho dos assalariados serem muito duras e instáveis. Velho também era o facto de os trabalhadores assalariados urbanos serem minoritários num país esmagadoramente rural, mas novo era o facto do seu crescimento devido às novas indústrias e serviços, tanto mais quanto tendiam a concentrar-se no centro do poder político, Lisboa e sua cintura envolvente, assim como em serviços que se tinham tornado vitais para o normal funcionamento do país e do Estado – comboios, telégrafos, correios.

Muitos destes novos trabalhadores assalariados, nomeadamente os mais influenciados por ideias anarquistas, foram ficando cada vez mais dispostos a abraçar a violência e greves sistemáticas contra os governos republicanos que viam como traidores à causa popular. Estes movimentos de protesto cada vez mais violento suscitaram nas elites portuguesas o crescente temor de uma revolução radical, alimentado pelos abundantes detalhes do novo e violento triunfo bolchevique na Rússia em 1917-1922, com a inesperada criação do primeiro Estado comunista, a URSS, que passou a assombrar desde então por muitos e bons anos a política portuguesa.

Tal temor justificou, ainda durante a vigência da Nova República Velha, uma outra novidade: Surgiu a repressão sistemática deste movimento por via de polícias e de tribunais especiais, como foi o caso da Polícia de Defesa Social significativamente criada em 1922 – e que aproveitava a experiência da mais antiga Polícia de Segurança do Estado, desde 1919 a vigiar adversários políticos do regime republicano – mas com um enfoque novo na ameaça socialista/comunista, como era o caso do igualmente novo Tribunal de Crimes Sociais. Este sistema levou à deportação à margem da lei ordinária de anarquistas suspeitos de envolvimento no «terrorismo vermelho». Estes instrumentos repressivos especiais ainda incipientes serão um ponto de partida que depois a Ditadura Militar e o Estado Novo muito aperfeiçoarão e expandirão.

Pode-se dizer-se, em suma, que a Nova República Velha politicamente trouxe algumas novidades, sobretudo uma maior fragmentação

e extremismo no espectro partidário, mas sem que o dado essencial da política portuguesa se tenha alterado. Velho, de facto, apesar de tudo e sobretudo, era o facto do PRP/PD ter voltado a ser o partido dominante do sistema político, entre 1919-1926, o que justifica a designação do período como «Nova República Velha». Raul Proença – figura cimeira do movimento intelectual republicano de esquerda agrupado, a partir de 1921, na revista *Seara Nova*, apesar de geralmente crítico dos principais partidos do sistema – significativamente comentava o último congresso do PRP/PD, em 1925, dizendo que embora não tenha saído dali ‘uma única ideia definida sobre a política geral do país’ isso não anulava o facto de que este ‘ainda é o único grande partido da República’.⁽⁴⁾ Ou seja, o regime republicano estava num beco sem saída. Cabe aprofundar o porquê deste facto.

2. Governos na sombra de Afonso Costa: o PRP, os outros partidos e os Presidentes

Se o PRP/PD foi novamente o actor político dominante da Nova República Velha entre 1919-1926 – pelo que quer os sucessivos Presidentes da República, quer os demais partidos foram actores políticos relativamente secundários – como se explica então que Portugal tenha vivido durante a Nova República Velha um período de instabilidade política crónica? O país teve 24 governos no espaço de seis anos e meio entre Janeiro de 1919 e Maio 1926. Como foi tal possível quando, durante quase todo este período, houve uma maioria absoluta no parlamento do PRP/PD?

O problema político central da Nova República Velha residiu no facto de que o PRP/PD foi sempre suficientemente forte para afastar as outras forças políticas do poder, mas nunca foi suficientemente coeso e eficaz politicamente para consolidar o regime, mantendo um controlo firme da governação que se traduzisse em realizações políticas significativas e palpáveis. O PRP/PD não se governava, não governava o país, e também não deixava que outros partidos governassem de forma durável. Este facto, assim como os crescentes anticorpos que gerou nas

Forças Armadas – mais ainda do que os que também existiram entre as elites económicas e o clero – foram decisivos para sua queda. Perceber o porquê deste facto é, portanto, fundamental para perceber a evolução da República entre 1919-1926.

2.1 *O PRP/PD e o fantasma de Afonso Costa*

A instabilidade do sistema político português tem várias explicações, algumas já referidas. Mas um ponto fundamental foi o facto de que o PRP/PD não conseguiu ter uma liderança clara, pois sobre ele continuou a pairar a figura fundadora de Afonso Costa, tomando difícil, senão mesmo impossível, a qualquer outro líder consolidar uma posição de chefia incontestada. Este poderoso fantasma político contribuiu decisivamente para a divisão e instabilidade crónica no seio do partido dominante do regime e portanto da própria I República no período de 1919-1926.

É profundamente errado concluir da ausência de Afonso Costa em Paris que ele deixou de ser um actor fundamental da política portuguesa, como alguns parecem ter feito. Na verdade, ele nunca afanou a hipótese de um regresso seu para chefiar o governo, sendo esta possibilidade seriamente ponderada, frequentemente reportada pela imprensa, e mesmo politicamente negociada em várias vindas suas a Lisboa em diversas ocasiões de crise. Este facto ajudou a vincar na opinião pública a ideia de que os governos republicanos que se foram constituindo na ausência de Afonso Costa não passavam de segundas escolhas.

Tal não significa, note-se, que um hipotético regresso messiânico de Afonso Costa criaria miraculosamente e só por si as condições para a consolidação do regime. O próprio sabia disso, daí ter recusado regressar ao país para chefiar um governo sem que lhe fossem dadas garantidas sólidas de governabilidade – que significativamente nunca obteve.

O que é verdade, no entanto, é que cada vez mais o PRP/PD parece ter tido nesse regresso o único ponto consensual do seu programa político. A respeito do último congresso do PRP/PD, em 1925, Raul

Preença sublinhou precisamente que apelara ‘sem sombra de vergonha’ novamente a Afonso Costa para que regressasse e ‘haja por bem iluminar com seus raios utópicos e ultramarinos as trevas em que jazemos’.⁽⁵⁾ Se o próprio partido dominante da Nova República Velha considerava que Portugal precisava de um salvador vindo de fora, não é de espantar que as oposições concordassem, embora tivessem candidatos diferentes a tal função.

Para aprofundar o problema importa esclarecer quais eram, então, as condições que Afonso Costa exigia para regressar ao governo e perceber por que nunca se verificaram. Elas consistiam essencialmente num governo de união nacional, reunindo o PRP/PD e os principais partidos republicanos da oposição, ou seja, da direita. Afonso Costa queria o que hoje se chamaria um *blocco central*. Tal nunca se concretizou porque a ideia era difícil de realizar face à natureza pluralista de um regime parlamentarista liberal; sobretudo por que ignorava um facto político fundamental, que era o de que nunca se tinha verificado um período de alternância no poder entre esquerda e direita, sendo o objectivo mais importante dos partidos republicanos de direita precisamente sair da sombra do PRP/PD e afirmarem-se como alternativas credíveis de governação.

Afonso Costa queixou-se de que ‘oíço por aí a afirmação que nem sequer tinha programa, como se eu não o tivesse já exposto como devia. O programa de um governo nacional neste momento não podia definir-se se não em termos gerais: Restabelecer o crédito interno e externo do país, equilibrar o orçamento [...] pôr a casa em ordem e levar o País a ter confiança em si mesmo’.⁽⁶⁾ Mas por muito razoável que isto fosse em termos de resolver problemas nacionais estruturais sérios, a verdade é que equivalia a ser-lhe concedida uma total cartabranca, levando os partidos a abdicarem da sua identidade própria e dos seus diferentes programas.

São de assinalar algumas semelhanças nesta listagem de Afonso Costa de prioridades políticas e no método de as resolver e nos que seguiu Salazar. Este último, na sua tomada de posse como «diador» da pasta das Finanças a 27 Abril de 1928, afirmou que sabia o que queria e para onde ia, mas que não lhe pedissem para ir depressa, ou seja,

exigiu e obteve a total carta-branca da nova Ditadura Militar que Costa teria gostado de obter do velho Parlamento republicano. No discurso de 23 de Novembro de 1932 Salazar apontou, por sua vez, para o papel que os membros das diferentes forças políticas deveriam ter no seu Estado Novo, exigindo no entanto que os partidos se dissolvessem numa organização significativamente designada de União Nacional.⁽⁷⁾

A diferença fundamental entre Afonso Costa e Salazar estava, claro, nas condições autoritárias em que o segundo impôs esta sua concepção de união nacional, implicando o fim da autonomia das diferentes correntes políticas, embora os seus membros pudessem aderir à nova Situação mantendo algumas das suas convicções de origem. Já Afonso Costa havia esperado que o agravar da situação do país e o prestígio do seu nome levassem os partidos republicanos a desaparecerem voluntariamente, pelo menos durante algum tempo, num governo de união nacional. Antes, porém, de o PRP/PD e os demais partidos terem tempo de pensar em suicidar-se, mesmo que temporariamente, outros protagonistas trataram de os matar definitivamente.

2.2 *O PRP/PD de vitória em vitória até à derrota final: o partido dominante e os outros*

O PRP/PD foi durante a I República o centro de um sistema político de partido dominante, em que era praticamente impossível à oposição ganhar eleições. Estes sistemas foram relativamente numerosos no mundo, embora hoje em dia tendam a concentrar-se em África e em partes da Ásia.⁽⁸⁾ Neste sistema o partido que domina completamente o Estado é também geralmente o fundador das instituições num momento de mudança pela força — caso, por exemplo, do MPLA em Angola, do PRI no México, da Aliança Nacional na Malásia, ou do Partido Liberal no Japão. Foi assim também com o PRP/PD, que forçou a criação da I República em 1910, e a recriou novamente pela força no início de 1919.

A acção do PRP/PD tem, portanto, evidentes paralelos com os partidos e movimentos de vanguarda ou movimentos de libertação, que

protagonizam não uma política de governação normal, mas sim a criação ou refundação das instituições; em nome da libertação do povo, por uma elite que explícita ou implicitamente reclama conhecer os interesses do povo melhor do que a própria maioria da população, escravizada por velhos hábitos e redes de poder. Estes partidos fundam regimes políticos dos quais tendem a sentir-se quando não proprietários, pelo menos guardiões, moldando-os, mais ou menos conscientemente, aos seus interesses; tendem ainda a ver a sua permanência no poder como uma necessidade para a preservação das novidades políticas conquistadas, e na oposição uma ameaça às mesmas.

O problema da instabilidade política da Nova República Velha não pode, no entanto, ser atribuída exclusivamente às divisões no seio do PRP/PD, embora como partido dominante do sistema político elas tenham particular importância. É também significativo que algo de semelhante aconteceu com a oposição ao PRP/PD.

Nunca a direita republicana conseguiu, como temos vindo a ver, unir-se sólida e definitivamente num grande partido. O Partido Republicano Liberal foi a primeira tentativa de o fazer, em 1919. Uma nova tentativa, em 1923, com o Partido Nacionalista Republicano sofreu do mesmo problema — os chefes da direita republicana estavam de acordo sobre a necessidade de se unirem para terem alguma hipótese de derrotar a hegemonia do PRP/PD, mas não conseguiram entender-se sobre quem deveria liderar essa união. Ginestral Machado, para tal designado provavelmente pela sua falta de carisma, nunca conseguiu subordinar as personalidades fortes, ambiciosas e carismáticas de um Álvaro de Castro ou de um Cunha Leal, que continuaram a prosseguir a sua própria agenda política, quebrando acordos e mobilizando os seus fiéis, quando o entendiam, para formar novos partidos — os Reconstituintes e a União Liberal, respectivamente. Ambos também se mostraram elementos activos na animação de tentativas de golpe militar, sendo, aliás, eles próprios formalmente oficiais do Exército, embora na prática se tivessem tornado políticos profissionais.

A direita republicana ficou-se quase sempre entre as três e quatro dezenas de deputados. A única excepção, que confirmou a regra do PRP/PD como partido dominante, foram as eleições de Julho 1921,

que resultaram numa vitória do Partido Republicano Liberal com 76 deputados, face aos 54 do PRP/PD, o que pareceu dar razão aos que acreditaram que a Nova República Velha poderia ser realmente nova no sentido de permitir uma real alternância de poder entre esquerda e direita.

Mas este triunfo da direita republicana, aparentemente levando à primeira alternância pacífica de poder e de pólo político dominante no Parlamento, esteve longe de normalizar o regime, rapidamente levando a um dos episódios mais violentos e decisivos da história conturbada da I República – a chamada *noite sangrenta* de 19 de Outubro de 1921. Uma série de eventos sangrentos que chocaram o país, que ficou a saber pelos jornais os pormenores macabros de um esquadão da morte que acabou espetando um sabre no coração do primeiro-ministro demissionário, que antes disso tinha arrancado de sua casa a meio da noite e espancado.⁽⁹⁾ Este acontecimento é historicamente muito relevante, não tanto por ser chocantemente violento, mas porque demonstra alguns factos fundamentais para a fase final da I República.

A *noite sangrenta* de 1921 mostrou que a maioria moderada do PRP/PD já não conseguia controlar as massas armadas até aí usadas para garantir o seu domínio em Lisboa. Ora, o bom povo republicano de Lisboa, armado e organizado em carbonárias ou sucedâneos, a GNR, mais a Marinha, que tinha grande poder de fogo, mas precisava de homens armados em terra, eram armas decisivas no controlo político, pela força se necessário, da capital, e portanto do país, pelo PRP/PD.

O que mudou nessa noite? O tipo de credo político que esteve na origem do PRP resultava na ideia de que uma derrota em eleições, como a de 1921, apenas reafirmava a necessidade de um movimento de vanguarda, confirmando que o povo português ainda não estava suficientemente livre e educado para perceber que o PRP/PD era o único representante legítimo do republicanism e dos interesses populares. Nesta cultura política a emergência de qualquer alternativa ao PRP era vista por estes militantes – ainda mal recompostos do trauma do sidonismo – como pondo a República em risco. Se a república podia ser generosa para todos, já o controlo do Estado e do governo deviam

continuar firmemente nas mãos dos republicanos do PRP.⁽¹⁰⁾ Um Chefe do Estado Maior da GNR, Liberato Pinto, populista e ambicioso, aproveitou estas convicções e o poder da rua – glorificado pela propaganda republicana como empenho militante vanguardista das massas – para combater a ideia de uma alternância normal entre o PRP/PD e a oposição de direita.

A *noite sangrenta* de 1921 mostrou também que a direita republicana não conseguia garantir o controlo de Lisboa, essencial para controlar o poder em Portugal, mesmo depois de ganhar eleições e formar governo. Para isso precisava de forças armadas. Era pouco provável que os burgueses conservadores estivessem inclinados para a luta armada, ou fossem em número suficiente. A aposta da direita tendencialmente ordeira foi, naturalmente, no sentido de estabelecer pontes com o Exército.

Portanto, a direita era fraca na capital e estava desuniada. Quanto aos sectores à esquerda do PRP o cenário era de concentração da sua força em Lisboa, mas também de desunião, a par da dificuldade de se afirmar contra a maior parte das elites que eram hostis – mesmo as republicanas – a reformas sociais que hoje nos pareceriam moderadas. O Partido Socialista, que vinha do tempo da Monarquia, tinha geralmente um par de parlamentares. No contexto de agitação de 1921 surgiu o PCP, como vimos, mas que nunca conseguiu qualquer representação parlamentar durante a I República. O Partido Radical ou Outubrista era ideologicamente vago, mas pode dizer-se que era vagamente justicialista e populista, apesar da sua posição de força com o golpe de 19 de Outubro de 1921 – seria aliás interessante, mas difícil, especular sobre qual teria sido o seu destino se não fosse a mancha da *noite sangrenta* – não conseguiu manter-se no poder por mais do que dois meses e, depois, nunca teve grande sucesso eleitoral, tornando-se em mais um foco de actividade golpista, tendo sido nomeadamente este grupo a recrutar o General Gomes da Costa para um movimento conspirativo que acabaria por desembocar no 28 de Maio de 1926.

Cabe acrescentar a este panorama partidário, a partir de 1925, o significativo surgimento do Partido Republicano da Esquerda Democrática (PREDE). Mas nem sequer esta cisão do partido dominante afec-

tuou a performance eleitoral do PRP/PD, ficando o PRED nas eleições de 1925 com apenas 6 deputados e 6 senadores, o que significa que se considerarmos estas eleições como expressão credível dos sentimentos populares, a esquerda republicana tinha então menos apoio do que os monárquicos que elegeram 7 deputados e 6 senadores.

A seguir às eleições de 1922, depois dos efémeros e impopulares governos liderados por oficiais envolvidos no golpe, entretanto descreditado pela *noite sangrenta*, o Presidente da República nomeou um governo de gestão de sua iniciativa, dito de competências, liderado por uma figura que emergiu então como um dos principais actores da vida política deste período, tão brilhante quanto também frequentemente destrutivo – Cunha Leal. Ele tinha-se distinguido, apesar de então ainda se considerar de esquerda, por procurar salvar a vida do seu vizinho e adversário político, o primeiro-ministro demissionário de direita, António Granjo, quase tendo sido morto também. Isso levou-o a um re-alinhamento político mais conservador, que explicou pelo choque sofrido – e que se pode considerar revelador de um fenómeno mais geral, e politicamente pleno de consequências, de deslocação dos republicanos das classes médias para um maior conservadorismo sob o choque da instabilidade recorrente, e por vezes sangrenta, da I República. Algo que não impediu Cunha Leal, depois disso, graças à sua magnética oratória e energético manobristo, de ganhar a alcunha de ‘grande derrubador de governos’ e a fama de conspirador frequente. (11)

As eleições de Janeiro de 1922 e de Novembro de 1925, contrariando as expectativas de Cunha Leal e das direitas, mas também das esquerdas, nomeadamente do novo PERD, confirmaram que a Nova República Velha seria afinal essencialmente um regresso ao velho sistema, anterior a 1919, do PRP/PD como partido dominante, alargando-se até as maiorias absolutas do PRP/PD no parlamento, e reforçando-se o predomínio da sua facção mais moderada – alcunhados de *bonzos* pela sua alegada bonomia burguesa – chefiada pelo líder do aparelho partidário, engenheiro António Maria da Silva.

Estas vitórias eleitorais e maiorias absolutas do PRP/PD, apesar do parlamentarismo do regime, no entanto, continuavam a não resultar em governos fortes. Há portanto que regressar à nossa interrogação sobre

o porquê disso neste período específico e derradeiro da I República. Tanto mais quanto este é um ponto em que o modelo político genérico de partido dominante não se conformou com os factos da I República. Pois um dado central neste tipo de sistema político é precisamente a sua enorme estabilidade, por exemplo no caso do México, o PRI, com algumas semelhanças temporais e até ideológicas com o republicanismo vanguardista, anti-clerical e populista do PRP/PD em Portugal, dominou a política mexicana durante quase um século desde 1919 até 2000. Porquê a diferença? Uma diferença tanto mais espantosa quanto o PRP/PD tinha conseguido nas últimas eleições da I República, de Novembro de 1925, uma maioria absoluta verdadeiramente esmagadora com 83 deputados e 39 senadores, face aos 36 deputados e 8 senadores do seu principal rival, o Partido Republicano Nacionalista. Como é que com tal vitória eleitoral se chegou daí a meros seis meses a uma derrota sem combate do governo e do regime do PRP/PD pelo pronunciamento militar de 28 de Maio de 1926?

O reforço da votação no PRP/PD em 1925 pode ser visto como expressão de uma vontade de estabilidade, essa era a principal promessa da facção moderada então dominante no PRP/PD. O problema foi que, mais uma vez, não se conseguiu traduzir maiorias parlamentares, em reforço efectivo da estabilidade política e da eficácia da governação, apesar da durabilidade do governo de António Maria da Silva, este pareceu sempre frágil e hesitante. O apoio em desespero a uma ditadura militar, desde que republicana, poderá não ser portanto inteiramente incompreensível face a estes resultados eleitorais. Sobre tudo se a este dado se acrescentar um outro – o de que esta nova maioria absoluta do PRP/PD foi vista pelos seus adversários como uma confirmação da impossibilidade, apesar do forte desgaste em sucessivas crises e escândalos, de qualquer alternativa ao PRP/PD, fosse à esquerda, fosse à direita, chegar pacificamente ao poder por via eleitoral. Só restava, portanto, a tomada do poder pela força, seguindo o exemplo do próprio PRP em 1910.

2.3. *Obstáculos às estratégias de governação e uma ditadura como solução*

Portugal viveu a Nova República Velha entre a promessa de estabilização política, ou como então se dizia de *acalmção*, e a vertigem de uma saída do sistema fosse por via da *anarquia* ou do *comunismo*, fosse por via do *militarismo* e do *autoritarismo*. Entre estes extremos, no enredo complexo e vertiginoso da vida política partidária da Nova República Velha podemos dizer que se esboçaram, mais do que se desenvolveram plenamente, duas estratégias políticas fundamentais que procuraremos sintetizar nos parágrafos seguintes. A primeira estratégia consistia na consolidação do regime existente – com algumas reformas – com base na ideia de «nacionalizar» a República. A segunda apostava na radicalização pela esquerda do regime para recuperar o seu condão popular e populista.

A primeira estratégia era o projecto da facção dominante do PRP/ PD, mas também, com variantes, claro está, dos dois principais partidos da direita republicana – o Partido Liberal Republicano (1919-23) e o Partido Republicano Nacionalista (1923-1925). Esta estratégia assentava na necessidade de saneamento das contas públicas, na recuperação do crédito externo como via para a estabilização económica, e na normalização do sistema político tomando-o mais consensual a nível nacional, por exemplo aumentando os gastos com o Exército, eliminando medidas mais anti-clericais, chegando a entendimentos com as então muito faladas *forças vivas*, i.e. os poderes fácticos, nomeadamente a Igreja Católica, grandes proprietários e os militares.

Esta não era necessariamente uma estratégia puramente conservadora. Tal estabilização poderia permitir criar as condições para o regresso de capitais, mais colecta de impostos, e mais investimento privado e público, permitindo potencialmente ao Estado republicano apostar mais na concretização de alguma das suas promessas quanto a melhores condições de vida e educação para todos. Variantes desta ideia de construir uma união nacional republicana foram prosseguidas por António Maria da Silva, Domingos Pereira e Vítorino Magalhães

no seio do PRP/PD, ou ainda por Álvaro de Castro, Cunha Leal ou Gíngestel Machado nas direitas republicanas.

O grande problema com esta opção era que – como deixou claro um editorial de Março de 1923 em que o grupo de intelectuais de esquerda republicana agrupados na *Seara Nova* fazia um «Apelo à Nação» – a ‘formação de um ministério nacional de salvação pública’ só parecia ser possível fazendo ‘uso de faculdades excepcionais pelo poder executivo’. Só assim se poderiam lançar as bases da ‘reorganização nacional’, e para isso havia que dar a tal governo extraordinário o ‘tempo necessário’. (12) Porquê? Por que uma governação mais exigente, com mais progressiva e melhor cobrança de impostos, com menos subsídios e menos funcionários, era, no imediato, impopular, e governos que tentaram levar algumas destas medidas avante caíram antes de as poderem concluir e colher os eventuais frutos positivos no médio prazo destas políticas. Parecia portanto necessário algo próximo de uma ditadura, ainda que temporária, mesmo para os defensores do regime mais à esquerda.

A ideia de um governo nacional, de facto, não era exclusiva de Afonso Costa, ou Salazar, e teve muitos outros advogados. O politicamente mais arguto dos seareiros, Raul Proença foi um dos raros a apontar os riscos deste ponto de vista, partilhado, como vimos, até pelos seus colegas na *Seara Nova* – o próprio, aliás, refere que ‘neste ponto eu era uma excepção’ –, alertando para o facto de ‘republicanos, socialistas, comunistas’ no fundo ‘estarem a fazer com as suas campanhas anti-parlamentares pró-ditadura a atmosfera da única ditadura possível [...] que tinha condições de êxito, que era o contrário, precisamente daquela ditadura que eles sonhavam’. A ditadura mais provável em Portugal, de facto, sobretudo depois do enfraquecimento da GNR, assentaria no Exército, e portanto seria tendencialmente conservadora. Paradoxalmente, portanto, a consolidação e a nacionalização da república pareciam passar cada vez menos por uma política acalmção e atracção, e cada vez mais por um política de ruptura e de ditadura. (13)

Uma segunda estratégia para resolver os problemas da Nova República Velha consistia em apostar abertamente na radicalização,

numa viragem à esquerda da República para tentar recuperar a popularidade e o empenho militante de 1910. A agenda dos mais moderados destes radicais, os *canhotos*, ou ala esquerda, do PRP/PD, consistia em apostar no carácter progressivo dos impostos como parte de uma agenda de fazer os "ricos pagar a crise", aumentar o papel do Estado na economia como forma de garantir mais direitos e melhor qualidade de vida para as chamadas classes populares. Esta agenda pode não nos parecer muito radical hoje em dia, mas há que ter em conta o contexto daquela época e de elites portuguesas muito conservadoras; assim como notar que algum radicalismo retórico do líder dos *canhotos*, Domingues dos Santos, deu munhões aos seus poderosos adversários. Nomeadamente, ao ter afirmado querer colocar 'o governo da República [...] abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores. Este discurso perante uma manifestação de rua que pretendia sustentar o seu governo cada vez mais atacado no parlamento e na imprensa, foi visto como um apelo a uma espécie de guerra de classes, o que acelerou a queda do governo *canhoto*. Tanto mais quanto Domingues dos Santos decidiu ir mais longe, pressionado pelos seus partidários, escandalizados com os mortos causados por uma carga de cavalaria da GNR contra a manifestação pró-governamental, e afirmou: 'não consigo que a força pública sirva para fuzilar o povo'. Tal declaração do chefe do governo provocou uma reacção muito crítica no parlamento, a começar pelo próprio sector maioritário do PRP/PD que tinha apoiado um governo da ala esquerda do seu partido como uma forma de aliviar tensões e não de as aumentar.

Efectivamente, foi uma moção proposta por um deputado da linha maioritária no PRP/PD, o oficial de marinha Agatão Lança, que veio precipitar a crise e queda do governo, ilustrando perfeitamente os problemas colocados pela diversidade de facções no seio do partido dominante. Nela se afirmava que os deputados 'reconhecendo que, pela ausência de acção sensata e ordeira do Poder Executivo foi profundamente afectado o prestígio da força pública, a disciplina militar e a ordem social, saúdam a força pública.' Da aprovação desta moção concluiu o seu colega de partido e primeiro-ministro demissionário Domingues dos Santos que 'ficamos entendidos, a Câmara quer um governo

que esteja aos lados dos exploradores contra os explorados, a Câmara quer um Governo que espingardeie o povo.'

Assim extremadas as águas, esta crise política resultou no abandono do PRP/PD pela sua ala esquerda e na formação do Partido Republicano da Esquerda Democrática no meio de acusações mútuas que aprofundaram a crise do regime e do seu partido dominante. Agatão Lança acusou Domingues dos Santos de bolchevismo, e de se apoiar no terrorismo da *Legião Vermelha*. O PRED passou a acusar a maioria do PRP/PD de se apoiar na banca e de governar ditatorialmente para os ricos. Era portanto a antiga ala esquerda do PRP/PD que vinha agora juntar-se ao coro cada vez mais numeroso de marginalizados politicamente que acusavam o partido dominante da I República de governar de facto em ditadura sob a fachada de eleições que lhe davam sempre a vitória.

O problema fundamental com esta estratégia de radicalização de esquerda era que, além de aumentar as tendências para tensões e cisões no seio do PRP/PD, era suficiente para assustar as elites, até por parecer legítimo o uso da violência na política, acentuando o problema golpista e terrorista do regime; porém, nunca foi suficientemente forte ao ponto de poder alterar decisivamente o estado das coisas, conquistando e mantendo o poder. Acabou, portanto, por contribuir para a queda da I República, ao dar um mínimo de credibilidade à ameaça esquerdista/bolchevista, que será um argumento importante na legitimação futura da Ditadura Militar e do Estado Novo.⁽¹⁴⁾

O que era claro para todas estas correntes, de esquerda e de direita, era que para se governar efectivamente, para lidar seriamente com os problemas estruturais do regime e do país, seria necessário um governo forte e até mesmo uma ditadura. Mas antes de lá chegarmos, convém saber como é que os Presidentes da República jogaram neste xadrez eleitoral e institucional da Nova República Velha, no sentido de cumprir a sua obrigação como garantes últimos do regime republicano.⁽¹⁵⁾

2.4 *Presidentes da República, entre resignados e resignatários*

Neste período de 1919-1926 Portugal teve quatro Presidentes da República. Qual foi o seu papel no evoluir da Nova República Velha? Os Presidentes da I República foram símbolos e vítimas da instabilidade política crónica deste período. O que significa que falhou na prática política o objectivo da revisão de Novembro de 1919 da Constituição de 1911, que se pode considerar que formalizou constitucionalmente a separação do período de 1910-1917 do da Nova República Velha de 1919-1926; neste último período, se a constituição não era nova, pelo menos tinha sido um pouco revista. Ora, a principal novidade político-constitucional desta revisão era precisamente o suposto reforço dos poderes do Presidente da República ao ser-lhe dada a facultade de dissolver o Parlamento, um tema muito discutido desde 1911.⁽¹⁶⁾

Para aprofundar a questão cabe notar que, ao contrário do que por vezes se afirma, os presidentes da I República tinham alguns poderes constitucionais significativos logo a partir de 1911. É certo que não podiam vetar as leis aprovadas pelo Parlamento em nome da separação de poderes; porém, e de acordo com o mesmo princípio, podiam nomear livremente o chefe do governo sem ter a obrigação de convidar para tal função o líder do partido mais votado; sendo por isso prática política consagrada que o governo apresentava a sua demissão quando um novo Presidente era eleito.

O que faltou a estes Presidentes da República para pôr cobro à instabilidade política não foram essencialmente atribuições constitucionais, mas sim legitimidade própria e espaço de manobra político. O governo, embora de livre nomeação presidencial, estava sujeito a moções de confiança ou censura do parlamento, o que o colocava nas mãos das maiorias parlamentares; ora, como vimos, estas eram tão frágeis quanto os partidos da Nova República Velha, minados por lutas de facções e frequentes crises. Faltava também ao Presidente da República legitimidade política própria, pois o Congresso da República – Câmara dos Deputados e Senado – foi sempre, na vigência da Constituição de 1911, o único órgão eleito directamente pelos cidadãos; sendo portanto, o parlamento quem, por sua vez, elegia o Presi-

dente da República, o qual também podia ser por ele destituído a qualquer momento.

Somos portanto reconduzidos ao paradoxo central da instabilidade política da Nova República Velha – a de ela persistir apesar das recorrentes maiorias absolutas no Parlamento do mesmo partido, o PRP/ /PD. Mas uma parte da resposta a este paradoxo de uma «estabilidade instável» pode encontrar-se também na Presidência da República. E desde logo no facto de o presidente não estar constitucionalmente obrigado a nomear chefe do governo o líder do partido mais votado. Isto significou que durante a Nova República Velha, apesar de ter maioria absoluta no parlamento durante quase todo o período, o PRP/PD nunca foi forçado a definir a sua liderança e a assumir claramente a responsabilidade da governação. Foi quase impossível governar sem o PRP/PD entre 1919-1926. Mas também foi quase impossível fazer com que todas as facções do PRP/PD se unissem em torno de um líder forte e no apoio a um governo duradouro.

A tendência para a instabilidade governamental foi ainda agravada pelo facto de os Presidentes da República frequentemente atribuírem à força parlamentar mais activa no combate ao governo anterior – ainda que minoritária no parlamento – a tarefa de constituir novo governo. Dada a falta de alternativas tal opção terá frequentes vezes parecido um mal menor, face ao mal maior de recorrentes dissoluções do parlamento e novas eleições, que se arriscavam a deixar tudo na mesma. Mas mesmo que compreensível dado o contexto político, esta frequente opção presidencial não impediu uma tendência para, na prática, recompensar os «piores comportados» politicamente. O resultado terá acabado por ser a criação, involuntária, de um incentivo perverso a que se fizesse uma oposição destrutiva – pois sabia-se que se se derrubasse o governo em funções, as probabilidades eram grandes de vir a ser encarregado de o substituir.

A revisão constitucional de 1919, que tinha sido justificada como uma tentativa de estabilizar o regime republicano, acabou ainda por ter o efeito de levar os governos, logo que sentiam estar a perder apoio no parlamento – o que era muito frequente dada as complicadas combinações de partidos e facções envolvidas na formação de todos os

governos da I República – a começarem a pressionar o chefe de Estado para dissolver o parlamento e lhes oferecer a possibilidade de organizar eleições antecipadas que pudessem ganhar a partir do poder. Um mecanismo constitucional que era suposto funcionar como uma válvula de escape política acabou por se transformar num elemento adicional de tensão, neste caso entre os presidentes – quer acedessem ou não aos pedidos de dissolução – e os diversos governos e partidos.

Para se perceber o porquê desta insistência de muitos governos, neste período entre 1919-1926, em eleições antecipadas, há que ter em conta não só o facto normal em política de governos minoritários procurarem levar a cabo novas eleições no momento mais propício a conquistarem uma maioria no parlamento, mas sobretudo a ideia corrente na política portuguesa desde o século XIX de que dissolver o parlamento era equivalente a dar a vitória eleitoral ao partido que estivesse no governo, o qual, controlando o Estado, podia usar os recursos públicos para “organizar” as novas eleições a seu favor. A permanência desta convicção é, no entanto, reveladora da persistência durante a I República de práticas eleitorais denunciadas pela propaganda republicana de antes de 1910 como ilegítimas manipulações “caciquistas”.⁽¹⁷⁾ Tal facto foi um factor adicional de perda de legitimidade de um sistema político que – mais do que a tradicional Monarquia antes dela, ou o autocrático Estado Novo depois dela – defendia e dependia de eleições para se legitimar. Isto significava também que o Presidente da República que tomasse a decisão de dissolver o parlamento era visto como estando a oferecer a vitória a um determinado partido, fosse o que o elegera, sendo acusado de parcialidade, fosse outro, sendo acusado de traição.

O presidente Teixeira Gomes acabou por se referir ao seu papel nos seguintes termos: ‘Um presidente constitucional no nosso país que se conserve fiel aos juramentos prestados’, ou seja que se mantivesse dentro dos limites dos seus poderes constitucionais era ‘um misto de *boneco de palha* e de *senhor da Cana Verde*: o primeiro para ser mandado, e o segundo para ser insultado’.⁽¹⁸⁾ Uma lamentação significativamente semelhante a anteriores desabaços do rei D. Carlos.

Em suma, os chefes de Estado republicanos acabaram por ficar numa situação muito parecida à dos reis do final da monarquia constitucional – assediados por diferentes partidos e facções que pretendiam que o chefe de Estado lhes entregasse o governo e lhes «desse» eleições. Tal como os monarcas constitucionais do final da monarquia, os presidentes do final da I República foram incapazes de desbloquear um sistema político português estruturalmente bloqueado.

3. Uma política violenta e a militarização da política.

A violência política foi uma constante no republicanismo português, tanto antes de 1910, como depois. De facto, os republicanos tomaram orgulhosamente o poder pela força no celebrado golpe de Estado de 5 de Outubro de 1910; e a I República renasceu, em Janeiro de 1919, novamente de forma violenta no chamado assalto a Monsanto onde se refugiavam os resistentes do levantamento armado monárquico. Foi ainda um pronunciamento militar, em Maio de 1926 – de forma irónica praticamente o único movimento militar que não causou confrontos, feridos e mortos em todo este período – que veio marcar o princípio do fim da I República a qual, portanto, se pode dizer que viveu pela espada e morreu pela espada.

Como aprofundar uma questão tão complexa mas tão central na vida e na morte da Nova República Velha como seja a relação entre o regime, a violência política e as Forças Armadas? A este respeito é importante sublinhar três pontos prévios. O primeiro é que a análise da intervenção militar na política não deve ser restringida apenas à violência aberta, ao golpe militar ou à repressão – e só assim será possível perceber melhor o 28 de Maio de 1926, tendo em conta um contexto mais amplo. O segundo é que para perceber por que intervêm os militares directa e violentamente na política – algo que hoje no Ocidente se tornou quase impensável e pouco pensado – se deve também explicar porque é que não o fazem mais frequentemente, visto que são claramente a mais forte das instituições estatais, detendo na força armada, organizada e bem artilhada o meio aparentemente irresistível de impor

a sua vontade – particularmente num contexto de forte instabilidade política, como foi o caso da I República.⁽¹⁹⁾ Terceiro, há que ter em conta a ligação entre golpes militares e outras formas de violência política – nomeadamente para perceber melhor porque se foi tomando cada vez mais provável que a I República caísse às mãos de uma Ditadura Militar.⁽²⁰⁾

3.1 *Os militares e a política na I República*

A aceitação da ideia de que a intervenção dos militares na política está longe de se restringir aos golpes de Estado, permite sublinhar uma forte presença militar no seio da elite governativa republicana antes de 1926. Sem dúvida tal é em parte um reflexo dos militares terem um peso bem mais significativo na reduzida elite educada portuguesa desta época do que sucede actualmente; efectivamente, em muitas formações mais técnicas e científicas – das engenharias às matemáticas – as escolas militares e os oficiais nelas formadas tinham um peso muito significativo. Há que sublinhar, porém, que se verificou neste aspecto uma importante transformação depois do golpe militar de 1917 – quando o Major, e professor de matemáticas, Sidónio Pais tomou o poder – com um crescimento muito significativo do envolvimento dos militares na política, e não apenas em cargos ou pastas mais técnicas. Neste aspecto a Nova República Velha continuou a tendência sidonista, de tal forma que nos governos entre 1910-1917 havia uma presença de oficiais entre os chefes do governo da ordem dos 15%; mas no período que nos importa, de 1919-1926, ela saltou para 46%.⁽²¹⁾

Como explicar esta crescente militarização da política? Várias razões explicam esse facto, mas duas parecem-nos fundamentais: O prestígio dos militares cresceu em proporção directa com o desprestígio dos dirigentes políticos; a necessidade dos governos contarem com sólidos apoios militares para combaterem golpes e outras formas violentas de oposição obrigavam ao recurso a oficiais para armar os diversos governos contra quaisquer ameaças.

O elemento transformador fundamental foi que cada vez mais oficiais no Exército passou a querer um governo nacional, mas em vez de o fazer assentar numa coligação de partidos e num acordo supra-partidário como queria Afonso Costa, preferiam uma imposição militar anti-partidária de um governo de emergência nacional, não-partidário, e composto por tecnocratas competentes.

3.2 *A Violência Política e a Politização das Forças Armadas contra o PRPPD*

Entre 1919-1926 e pelo menos até 1931, viveu-se uma banalização da violência, das revoluções, dos golpes de Estado – numa espécie de guerra civil larvar –, facto que nos é transmitido por múltiplos testemunhos de variadas sensibilidades políticas.

Entre Outubro de 1921 e Maio de 1926, houve nada menos do que uma dezena de golpes militares, fossem bem ou mal sucedidos, ou seja, uma média de mais do que um por ano.⁽²²⁾ E isto era apenas a ponta do icebergue, pois muitas conspirações que nunca chegaram a sair à rua. Quais foram no meio de tantas tentativas de tomada do poder pela força os pontos de viragem?

Depois da curta guerra civil entre o norte monárquico e o sul republicano no início de 1919, um momento muito importante foi o golpe brevemente triunfante de 19 de Outubro de 1921, liderado pelo chefe do Estado Maior da GNR, acabando por levar a um governo dominado por oficiais da confiança do Tenente-Coronel Libertado Pinto, um membro do PRP/PD que reagiu assim violentamente ao seu afastamento por um novo governo de direita.

Este golpe veio lembrar dois factos fundamentais: primeiro, a importância de grupos armados improvisados, milícias de militantes republicanos, quer no golpe de 5 de Outubro de 1910, quer no sucesso do assalto às forças monárquicas em Monsanto, em Janeiro de 1919, que instauraram e restauraram a I República; segundo, a importância também da GNR, criada em 1911, e não por acaso designada Guarda Nacional Republicana. A GNR deveria ser precisamente a guarda pre-

toriana do regime *republicano*, uma força paramilitar de sua confiança política para o controlo das duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, dotada pelo PRP/PD de vários regimentos com armamento pesado, incluindo metralhadoras e artilharia, que deliberadamente competiam em poder de fogo com o Exército regular – sobretudo a partir de 1919, depois do golpe militar sidonista. O PRP/PD nunca confiou plenamente no Exército; afinal, o 5 de Outubro de 1910 tinha sido feito essencialmente pela Marinha e por civis armados da Carbonária, perante a passividade ou hostilidade de boa parte do Exército.

O golpe efemeramente triunfante de Outubro de 1921 acabou por se tornar num ponto de viragem quase tão importante na violência política republicana como 1910 ou 1919 por que a corrente dominante do PRP/PD assustou-se com o perigoso precedente e a espiral de violência que a *noite sangrenta* parecia anunciar. Daí resultou um distanciamento do PRP/PD da utilização de civis e militares armados fora do enquadramento das Forças Armadas por temor de que essa violência popular se descontrolasse.

O governo de transição que sucedeu a estes golpistas tomou uma decisão crucial, que contou com o apoio dos principais partidos, inclusive do PRP/PD, de fazer concentrar em torno da cidade de Lisboa, em Janeiro de 1922, unidades do Exército – numa espécie de ensaio geral do pronunciamento que veio a verificar-se em Maio de 1926 – como forma de forçar o desarmamento substancial e a mudança de lideranças na GNR. A GNR perdeu então boa parte do seu arsenal assim como o seu carácter político radical.

O ano de 1923 representou, no entanto, um teste importante aos limites ainda existentes à intervenção militar na política. Como vimos, nesse ano foi dada novamente à direita republicana a possibilidade de governar em minoria, e enfrentou novamente um golpe militar para a tentar afastar em nome da necessidade de preservar a pureza da República de qualquer contaminação direitista. Porém, o novo golpe radical foi significativamente muito mais fraco do que o de 1921, reduzindo-se praticamente só a um pequeno navio no Tejo, e foi rapidamente derrotado. Rapidamente demais até, para os desejos de um novo governo da direita republicana liderado por Ginstal Machado, que procurou utili-

zar o golpe, exagerando a sua perigosidade, para pressionar o Presidente Teixeira Gomes a dissolver o parlamento. Este último utilizou a sua fleuma face às já habituais tentativas de golpe para verificar no terreno a situação. O filho de um oficial de marinha da confiança do Presidente da República, que o descansou quanto ao não envolvimento da maioria desta arma, testemunhou que: 'Teixeira Gomes, se não deseja cair nas mãos de quaisquer revoltosos, também não pretendia cair no Quartel de Metralhadoras, prisioneiro do Governo, a cujo objectivo de dissolução do parlamento o golpe irreflectido' de tendência radical viera dar 'mais forte pretexto'.⁽²³⁾ O diálogo entre o chefe de Estado e o chefe do governo é revelador quando Teixeira Gomes, em telefonema, diz a Ginstal Machado:

têm-me obrigado a percorrer a cidade e até agora só tenho encontrado gatos. Quanto à dissolução [do parlamento] é de facto das atribuições do Presidente [...] mas só quando houver razões para isso e eu não as vejo [...] os senhores passam as noites em congeminações que só perturbam os ânimos e prejudicam a República [...] porque não congeminam de dia e dormem à noite, deixando dormir os outros.

Teixeira Gomes termina pedindo ao chefe do governo que 'tenha juízo!'⁽²⁴⁾ É evidente que, perante tal descompostura, o governo do Partido Nacionalista só podia demitir-se, o que o Presidente, determinado a evitar mais crises, recusou. Mas, sem apoio claro no Parlamento e na Presidência, este governo de direita pouco poderia durar, e colocou-se então a questão do que fazer.

O Ministro da Guerra do governo de Ginstal Machado era o General Carmona, que iria afirmar-se como líder do regime militar saído do golpe de Maio de 1926, e como Presidente da República foi uma figura-chave na criação de condições político-militares para a fundação do Estado Novo por Salazar. No entanto, este oficial – republicano e maçom – recusou nessa ocasião a sugestão de vários líderes do Partido Nacionalista, nomeadamente Cunha Leal, e de vários oficiais, como Sinel de Cordes e Raul Esteves, no sentido de impor ao Presidente da República por via de um pronunciamento militar a disso-

lução do parlamento dominado pelo PRP/PD. O facto é que o General Carmona, em 1923, não considerou haver condições para ele liderar com o acordo de uma clara maioria do Exército uma acção militar contrária à Constituição de 1911, ao contrário do que sucederia em 1926. Em 1923, portanto, os militares estavam mais activos na política, mas ainda não ao ponto de se sobreporem às instituições republicanas vigentes.⁽²⁵⁾

A viragem decisiva neste aspecto do papel político dos militares viria em 1925. Foi nesse ano que se criaram as redes conspirativas e emergiram o essencial das condições do futuro triunfo de um golpe militar como o de 28 de Maio de 1926. Até aí tinha-se assistido a várias tentativas de golpes radicais – que quiseram, em vão, forçar uma viragem à Esquerda do regime – e que acabaram por servir para, involuntariamente, ir minando o poder da esquerda militar. Em 18 de Abril de 1925 foi a vez de se verificar uma tentativa de golpe militar conservador liderada pelo General Sinel de Cordes, Comandante Filomeno da Câmara e Coronel Raul Esteves. Note-se que todos estes oficiais já tinham estado ligados à tentativa esboçada de pronunciamiento militar em 1923, e irão também desempenhar um papel fundamental na organização do pronunciamiento militar triunfante de Maio de 1926. Falharam, no entanto, em 1925, por que se centraram nas unidades de Lisboa – como mandava a manobra clássica de tomada do poder por um rápido golpe de força ocupando os principais pontos estratégicos da capital. Aí os golpistas chocaram com o imobilismo prudente da maior parte das unidades lisboetas, e a acção decidida de poucos mas bons oficiais leais ao governo do PRP/PD, que este cuidava de concentrar o mais possível na capital. No entanto, esta derrota dos militares conservadores e radicais rapidamente levaria ao surgimento das condições fundamentais para a realização de um golpe bem sucedido.

Por um lado, ficou evidente a necessidade de uma organização mais sólida, solidária e decidida, que se foi consolidando em torno da rede de oficiais conservadores ligados a Sinel de Cordes a partir de 1923, a que se foi agregando uma cada vez mais vasta e diversificada coligação de grupos de descontentes que deu crescente força à conspiração militar contra o *status quo* político de permanente controlo do

poder pelo PRP/PD. Testemunho disso mesmo é o jornalista e conspirador integralista Manuel Múrias: ‘ainda hoje não sei se não havia várias revoluções independentes que se juntaram quasi só no próprio momento da arrancada’, distinguindo neste contexto ‘de um lado as pessoas metidas na conjura voluntária e conscientemente, que sabiam o que queriam e qual o destino a dar à vitória. Estes eram poucos’ mas tiveram um papel decisivo, ao garantir que o pronunciamiento militar teria um núcleo decidido a levá-lo por diante. Depois, havia ‘os muitos que só agiam porque eram contra os democráticos’, que deram massa crítica ao movimento contra o predomínio do PRP/PD. Estes eram segundo Múrias, num manifesto exagero, ‘todo o país’. Mas realmente o partido dominante de boa parte dos 16 anos da I República tinha feito muitos inimigos políticos, à esquerda como à direita, e mesmo entre a população em geral, que estava sobretudo cansada do bloqueamento político, da instabilidade, da violência, e da carestia de vida.⁽²⁶⁾

Se há necessariamente causas de fundo numa mudança de regime, o curto prazo também conta. Ora, em Abril de 1926, os debates parlamentares, nomeadamente em torno da questão dos termos de concessão da indústria dos tabacos, atingiram um pico de violência verbal e até física, terminando sucessivas sessões a partir do dia 15 em tumulto, com agressões e mobília partida. De tal forma que quanto o Congresso da República reuniu pela última vez, a 31 de Maio de 1928, ainda antes de ser *de facto* fechado pela GNR às ordens da Ditadura Militar, já a sessão tinha sido encerrada *de jure* por falta de quorum.⁽²⁷⁾ O parlamentarismo republicano estava, portanto, já muito desprestigiado quando foi eliminado pela Ditadura Militar.

Outra condição que muito facilitou o triunfo de um golpe militar foi a impunidade dos golpistas e a ampla divulgação pública do seu programa. Também desse ponto de vista o ano de 1925 representou um momento de viragem. O julgamento por um tribunal militar dos oficiais líderes do golpe de Abril, o qual decorreu no Arsenal da Marinha, em Setembro de 1925, transformou-se numa sessão de propaganda dos militares contra a Nova República Velha, não só pelas declarações dos réus e dos advogados de defesa, mas sobretudo do próprio promotor militar, o General Carmona, supostamente encarregado de acusar os

golpistas, mas que terminou as suas alegações dizendo dramaticamente: 'Como é que homens deste valor e envergadura estão no banco dos réus? É porque a pátria está doente. Não encontro outra explicação.'⁽²⁸⁾ O decano da oficialidade General Ilharco, saído da reforma para presidir ao julgamento, absolveu todos os implicados, sendo demitido por isso. Tudo isto teve forte eco na imprensa e na opinião. O General Ilharco veio logo depois, ainda em 1926, publicar um livro de memórias que ajudou à legitimação do 28 de Maio entre os militares, em que o tema principal era o 'dissolvente efeito da política vigente na disciplina e profissionalismo das Forças Armadas, com exemplo atrás de exemplo de alegadas interferências e favorecimentos políticos.'⁽²⁹⁾

A incrível, em circunstâncias normais, absolvição dos golpistas de Abril de 1925 pelo tribunal militar significava, de facto, a legitimação pela mais alta hierarquia militar de golpes futuros. Mostrava também a impotência do governo, que tentou reagir afastando os militares mais envolvidos no julgamento e no golpe, mas não pôde sequer impedir a continuação da conjura dirigida pelos principais réus que, mesmo presos no forte de Elvas, continuaram a conspirar, com a cumplicidade do respectivo comandante, que se afirmou convinto de que 'só o Exército podia salvar o País do abismo!'; pelo que 'coincidiu a minha ida para ali [como comandante] com o tornar-se aquela prisão o centro da maior actividade revolucionária. De toda a parte acorriam oficiais'⁽³⁰⁾ O golpe falhado de Abril de 1925 tornou-se, portanto, o ensaio e catalisador decisivo do golpe militar triunfante de Maio de 1926.

3.3 O 28 de Maio de 1926, um pronunciamento militar que quis ser nacional

Ficara evidente no golpe de Abril de 1925 que o regime ainda podia contar com o apoio activo ou a neutralidade colaborante das forças militares em Lisboa, e com a Marinha, que com o poder da sua artilharia naval no Tejo e alguma infantaria em Alcântara, continuava a ser um importante obstáculo militar a qualquer tentativa de derrubé

do regime fundado em 1910 essencialmente por marinheiros e civis armados. Isto levou os líderes do golpe de Maio de 1926 a planearem, contra as regras clássicas de um golpe de Estado, tomar o poder, não a partir de uma acção imediata de tomada de controlo militar da capital com base em forças aí sedeadas, mas sim seguindo uma acção periférica que para resultar teria de corresponder a um pronunciamento massivo das forças militares da maior parte do resto país, e de uma manobra das numerosas unidades militares da província de aproximação e ameaçador cerco da capital; dessa forma, o governo do PRP/PD teria de conseguir das unidades da capital um compromisso com uma acção armada violenta num contexto de guerra civil, tarefa bem mais complicada do que simplesmente deter a sua neutralidade colaborante.

Um dos desafios importantes, no entanto, que os golpistas tiveram de enfrentar foi convencer a maioria dos oficiais, das elites e da população, de procuravam reformar o sistema político, mas mantê-lo *republicano*. Tal era necessário para legitimar o golpe como sendo *nacional* e não *partidário*, o que seria impossível se este aparecesse como um movimento *monarquista*. Isso traduziu-se no manifesto inicial do pronunciamento assinado pelo General Gomes da Costa — mas previamente escrito pelo jornalista Manuel Múrias:

Entre todos os corpos da Nação em ruínas é o Exército o único com a autoridade moral e força material [...] À frente do Exército português, pois, unido na mesma aspiração de redenção patriótica, proclamamos o interesse nacional contra a acção nefasta dos políticos e dos partidos, e ofereçamos à Pátria enferma um governo forte, capaz de opor aos inimigos internos o mesmo heróico combate que o Exército deve aos inimigos externos.⁽³¹⁾

Este ponto traduziu-se numa dificuldade concreta entre os golpistas, cujo maior dinamizador era o General Sinel de Cordes, de simpatias monárquicas conhecidas. Não era politicamente conveniente, portanto, ele aparecer como o chefe da rebelião militar, por temor de afastar muitos oficiais e elites conservadoras, ou pelo menos preocupadas com a crónica desordem e violência, mas ainda assim convicentemente repu-

bicanas, ou simplesmente nada inclinadas a colocar o problema do regime, quando já tantos outros exigiam atenção urgente.

Faltou, por isso, até muito tarde um chefe publicamente apresentável do movimento militar que haveria de triunfar no 28 de Maio, podendo mesmo dizer-se que ele teve três chefes: como líder oculto o General Sinel de Cordes manobrando a maior e mais activa rede de apoiantes do golpe; e dois chefes visíveis, o General Gomes da Costa, um veterano de muitas campanhas em África e na I Guerra, conhecido pelo desassombro das suas críticas aos políticos, errático e dado a jogadas arriscadas; e o Comandante Mendes Cabeçadas, um prestigiado oficial da Marinha, herói do 5 de Outubro, portanto garante do republicanismo do movimento militar e capaz de influenciar a bem articulada Marinha. Significativamente, os dois últimos serão afastados nas primeiras semanas após o golpe.

O 28 de Maio de 1926 foi, conseqüentemente, essencialmente um pronunciamento militar corporativo iniciado pelas unidades mais comprometidas do Norte do País, que rapidamente se estendeu nos dois dias seguintes ao Centro e Sul do país graças à activação da rede conspirativa centrada em Sinel de Cordes a que se agregaram outros descontentes. Não se verificaram quaisquer confrontos violentos, mas o risco existiu, embora fosse mínimo, porque até nas poucas colunas militares organizadas para avançar sobre Braga, onde o pronunciamento se iniciou, havia oficiais comprometidos com o golpe e que acabaram por aderir a ele. Certo é que, perante o pronunciamento militar crescente e a marcha destas unidades da província sobre Lisboa, o governo do PRP/PD demitiu-se, e o Parlamento foi fechado. Depois de uma hesitação inicial o próprio Presidente da República viu-se forçado a resignar a 31 de Maio de 1926.

Há quem considere que a I República acabou nessa data. Mas não tal não é absolutamente claro, visto que o Presidente Bernardino Machado transmitiu formalmente os seus poderes ao chefe militar que mais confiança lhe inspirava — Mendes Cabeçadas, e este a Costa Gomes. Mas mesmo que a I República tivesse morrido, ninguém podia estar seguro na época de que ela não ressuscitaria, de novo elevando o PRP/PD ao poder. Afinal, isso já sucedera por mais de uma vez, após

o governo militar de 1915, ou o interregno sidonista de 1917-1919. Menos seguro ainda era que não lhe sucedesse algum novo regime constitucional, mas ainda republicano pluripartidário, pois as alternativas discutidas entre os militares golpistas eram várias e vagas. As grandes questões a partir de Maio 1926 foram, portanto: Quem iria dominar entre estes novos senhores militares da política? Qual seria, afinal, a política dos militares?

4. Conclusão — Ditadura Militar, Estado Novo e fim da República?

Uma ditadura militar parece-nos, em conclusão, se não inevitável, pelo menos altamente provável dada a disfuncionalidade crónica do sistema político e os crescentes apelos ao protagonismo dos militares. Porém, o Estado Novo moldado por, e para, Salazar foi apenas uma das saídas possíveis. É assim que um dos protagonistas principais do golpe, o General Raul Esteves, responde a esta questão, quando ela lhe foi colocada na época: enquanto uma revolução militar 'era absolutamente certa', tendo em conta o estado do país 'desde o fim da Grande Guerra', já quanto à emergência da 'Situação governativa derivada do Movimento do «28 de Maio»' ela era bem mais incerta.⁽³²⁾

Este tema da inevitabilidade da ditadura traduz uma mudança de fundo na cultura política portuguesa, mas também europeia, desta época. A mensagem dominante na cultura política portuguesa e europeia desde início do século XIX fora a do progressismo liberal, em que o PRP/PD afirmava filiar-se ao apresentar o seu golpe de 1910 como o culminar lógico do liberalismo português, e a nova República Portuguesa como inevitável face às leis do progresso da civilização. Porém, esta confiança progressista secular foi terrivelmente abalada pelo choque da Primeira Guerra Mundial, e logo depois pela crise do parlamentarismo por via das sucessivas e tremendas crises do pós-guerra. Na vizinhança próxima de Portugal assistiu-se à tomada do poder pelo fascismo, em Itália no ano de 1922; e à subida ao poder em Espanha de uma junta militar liderada pelo General Primo de Rivera em 1923. Estes regimes de direita autoritária, apesar de terem uma componente

populista e desenvolvimentistas, mudaram o contexto cultural e político internacional, reforçando a confiança das correntes anti-republicanas e anti-parlamentares em Portugal. A imprensa portuguesa fez, efectivamente, amplo eco de ambas as experiências, sendo exemplo disso o influente jornalista português, António Ferro — depois propagandista-mor do Estado Novo — que reuniu, em 1927, num livro politicamente muito a propósito, as suas anteriores reportagens numa positiva *Viagem à volta das ditaduras*.⁽³³⁾

Cunha Leal, cuja influência na política deste período já referimos, em 1924 no congresso do seu partido, o PNR, afirmava que, como 'português e republicano creio que nenhum Governo regularmente organizado pode governar. Quanto a mim a ditadura há de vir inextinguivelmente, fatalmente. Todos conspiram, todos fazem aquilo de que me acusam.' Note-se que Cunha Leal nem sequer desmente que também ele ande a conspirar por uma ditadura à sua medida. Limita-se a alargar a acusação: todos prepararam golpes e ditaduras variadas.

Cunha Leal afirmou ainda na ocasião referida 'todos os dias a Constituição é estrangalhada'. As regras do jogo constitucional não eram, de facto, respeitadas verdadeiramente por ninguém, ou quase, nas elites políticas nacionais — o PRP/PD manipulava eleições, os demais frequentemente conspiravam para o derrubar pela força. O resultado foi um tal descrédito que quase todos os nomes de primeira linha da política nacional deste período, nomeadamente os diversos líderes partidários, se viram definitivamente arredados da vida política de 1926 em diante. Pode-se falar, portanto, de uma espécie de suicídio político colectivo.

Esta guerra de todos contra todos entre a elite política da I República teve implicações, aliás, nas tentativas de derrubar a Ditadura Militar e impedir a consolidação do Estado Novo. Pois apesar de esforços unitários, sempre parciais, os diversos partidos e facções pessoais continuaram a desconfiar uns dos outros, depois de 1926, o que limitou a mobilização de esforços militares do chamado Revivalho, i.e. da oposição militar ao Estado Novo. Por exemplo, em Março de 1929, os *canhotos* rejeitaram um pacto de unidade golpista porque isso significaria 'apoiar [...] um governo a sair da direita republicana'.⁽³⁴⁾

Pode parecer paradoxal ou mesmo inexplicável afirmarmos que a República, apesar dos seus problemas estruturais e de variadas e profundas crises conjunturais, não falhou completamente como regime. Mas efectivamente, a república continuou a existir depois de 1926 como um certo tipo de regime — e como tal distinto do partido dominante, PRP/PD, ou do sistema constitucional de 1910, e de este ser demo-liberal ou autoritário.

Como explicar este paradoxo? A república sobreviveu, em parte, por falta de melhor e mais consensual alternativa. Em particular, a restauração da monarquia, no modelo de 1910 e na pessoa de D. Manuel II, não atraiu suficientes adesões. Havia muitos conservadores para quem pouco importava que o país fosse uma república — e elas eram cada vez mais na Europa depois de 1918 — ou uma monarquia, desde que triunfasse uma forma de regime forte, autoritário, que normalizasse a situação do ponto de vista dos seus interesses e do que consideravam ser os interesses nacionais. Por outro lado, também houve muitos republicanos que foram assumindo posições cada vez mais nacionalistas, autoritárias e conservadoras em reacção a um contexto de crise económica e financeira, e de instabilidade política crónica; e portanto se mostraram disponíveis a colaborar com Salazar. Entre estes, de longe o mais importante, decisivo mesmo, foi o General (depois Marechal) Carmona, que havia sido membro de uma comissão de reforma do Exército logo depois do 5 de Outubro de 1910, e foi a partir de Julho de 1926 o Hérda Ditadura Militar e Presidente da República até à sua morte em 1951.

A continuidade entre Estado Novo e I República não foi, portanto, uma mera formalidade constitucional, estendeu-se também a alguns aspectos fundamentais, como veremos na secção seguinte. Deveria, em todo o caso, ser evidente que republicanismo não é sinónimo de democracia liberal — durante décadas a maioria das repúblicas no mundo foram regimes autoritários, e os regimes mais repressivos do século passado até foram repúblicas, de Hitler a Estaline, passando por Mao e Pol Pot. O facto inegável de o Estado Novo ser uma república não implica portanto negar o seu carácter autoritário.

4.1 Conclusão: a demanda de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar

O período da Nova República Velha e o regime da I República terminaram em data incerta – algures entre 31 de Maio de 1926, quando o presidente Bernardino Machado resignou, e 11 de Abril de 1933, quando a nova Constituição autoritária de Salazar entrou em vigor. Mas deveria ser evidente que a república não acabou com o Estado Novo. É por isso que actualmente se fala do centenário da república.

Salazar não foi, consequentemente, o coeiro da república ao fundar o Estado Novo. Terá sido mesmo o definitivo consolidador do regime republicano em Portugal, ainda que não fosse esse o seu objectivo político principal. A república foi para Salazar um meio para alcançar o fim de tornar o mais ampla possível a base de apoios para fundar e consolidar o seu regime autoritário. Mas foi, portanto, com o salazarismo que verdadeiramente se nacionalizou a república – como Afonso Costa ou António José de Almeida tanto tinham desejado em vão. Afinal, se nem a direita autoritária e conservadora restaurava a monarquia, quem o faria?

A ironia é que o projecto de união em torno de um governo nacional suprapartidário forte que permitisse realizar reformas difíceis mas necessárias – nomeadamente o saneamento orçamental – foi algo que Afonso Costa, o líder histórico do PRP/PD, vinha procurando em vão durante todo o período Nova República Velha. Antes dele pode mesmo remontar-se este projecto a Oliveira Martins ou a João Franco. Mas é claro que ele transitou para a Ditadura Militar e para o Estado Novo, sendo a agenda política fundamental de Salazar a sua concretização numa fórmula autoritária e personalizada.⁽³⁵⁾ Evidentemente que houve uma diferença importante. Se para Afonso Costa um tal governo nacional seria apenas de apoiantes militantes da república, no caso de Salazar ele seria apenas constituído por apoiantes do seu modelo de regime autoritário. Dadas as circunstâncias políticas da época, foi possível a Salazar avançar com esta agenda de forma autoritária, impondo os termos da sua União Nacional a quem quisesse entrar e abdicasse obrigatoriamente das antigas fidelidades partidárias; e foi

impossível a Afonso Costa fazê-lo, excluindo os não-republicanos e, sobretudo, forçando todos os partidos republicanos e o parlamento a passarem-lhe um cheque em branco.

A crise política endémica da I República teve, portanto, a sua raiz em quatro problemas fundamentais listados por Salazar ao defender uma solução ditatorial para eles:⁽³⁶⁾

O primeiro foi a incapacidade da Nova República Velha e do PRP/PD em encontrar uma liderança forte em alternativa ao seu líder histórico Afonso Costa. O Estado Novo teve, quanto muito, o problema inverso, sendo Salazar claramente o seu líder.

O segundo problema foi o de uma concentração de todo o poder e legitimidade política no parlamento. Um problema, porque o PRP/PD ganhou todas as eleições mas não se conseguiu unir como eficaz partido de governo, o que impediu uma alternância pacífica, assim como a constituição de executivos fortes. Salazar, inicialmente, fez eleições e referendos declaradamente para ganhar, sem fingir conceder aos seus oponentes igual legitimidade, tudo se resumindo no *slogan* num cartaz – ilustrado por Almada Negreiros – de apoio à Constituição no referendo de 1933: ‘Nós queremos um Estado Forte’. A grande ideia-força do regime republicano autoritário salazarista foi a de que se a Nação é uma, a República é uma, o interesse nacional é também uno, e para isso dever haver apenas uma União Nacional e um chefe nacional sufragado pela esmagadora maioria dos portugueses.

A terceira grande fraqueza da I República foi a sua incapacidade de impedir a frequência irrupção da violência na política e nas ruas. Salazar tornou a repressão bem mais sistemática e dura, mas organizou-a e procurou retirá-la das ruas para lugares mais recatados, transmitindo uma ideia de ordem, de previsibilidade na violência estatal que a tornou mais aceitável, pelo menos para as elites.

O quarto elemento de instabilidade estrutural da Nova República Velha foi a crise económica e os problemas orçamentais. Foi precisamente para resolver este problema que Salazar começou a oferecer soluções rápidas, credíveis, convenientes para a maioria das elites portuguesas, e mesmo para boa parte da população a quem ele ofereceu ao menos uma grande estabilidade de preços.

Mas se a continuidade do regime republicano entre a Nova República Velha e o *Estado Novo*, após a resolução desses problemas, não foi uma mera formalidade, na continuação dos símbolos nacionais e da designação oficial, de que forma se manifestou?

Desde logo na forma electiva de escolha do chefe de Estado. As eleições presidenciais directas até 1958, as eleições para um parlamento, a par dos referendos — com sufrágio universal masculino e sufrágio limitado feminino — continuaram a ser a principal forma de legitimação do regime salazarista. Ainda que houvesse uma nova Câmara Corporativa como complemento da anterior, com uma nova forma de legitimação orgânica alternativa às eleições, o seu peso era limitado. Claro que as eleições durante o Estado Novo não foram livres, imparciais e justas; o que se torna evidente no facto de o vencedor ser sempre em todo o país e em todos os cargos, invariavelmente o mesmo, a União Nacional. Importa, ter em conta, no entanto, que o mesmo tipo de queixas foram feitas ao PRP/PD durante a I República, ainda que seja evidente que a Nova República Velha foi um regime de pluralismo político limitado mas real — havia outros partidos com representação parlamentar variável, havia liberdade de expressão — face à uniformidade política imposta de forma autoritária pelo Estado Novo. Porém, como o direito de voto antes de 1926 era muito restrito — excluindo as mulheres e os analfabetos — o Estado Novo até pôde fazer figura de ter mais legitimidade popular, ao alargar significativamente o eleitorado.

Houve ainda uma continuidade de algum pessoal político e redes de influência ao nível dos caciquismos locais entre a I República e o Estado Novo.⁽³⁷⁾ Houve um efectivo investimento, há muito advogado pelos republicanos, na generalização de uma educação nacional e nacionalista. Houve, o que teve importantes consequências futuras, um empenho na plena ocupação colonial, num mais efectivo controlo político metropolitano, e numa maior exploração económica das colónias — desejado com o regime dos altos-comissários após 1918, mas apenas sistematicamente concretizado com Salazar.

Houve continuidade ao nível da ideologia predominante. O Estado Novo tem sido justamente caracterizado pelo ultra-nacionalismo pro-

fundamente colonialista, mas convém não esquecer que esta tinha sido imagem de marca do republicanismo português desde a crise colonial do *ultimatum* de 1890, e fora fundamental no crescimento da popularidade do PRP. A importância do nacionalismo na legitimação do Estado Novo é algo frequentemente e justamente sublinhado. Mas importa não esquecer que este tinha sido um pilar ideológico fundamental dos republicanos antes e depois de 1910 — o PRP/PD apresentava-se como o grande partido nacional, representante dos interesses da Nação contra o Rei, enfocado aos ingleses na questão colonial e dominado por cortesãos cosmopolitas. Salazar limitou-se a voltar esse argumento contra o PRP/PD, sendo este último quem agora era acusado de ser constituído por uma minoria estranha ao país, enriquecida e estrangeirada, incapaz de rentabilizar o Império, e associada à burla de Angola e Metrópole.

O papel central do Império Colonial tornou-se mais visível na fase final do Estado Novo — mas este já tinha sido um tema central na campanha dos republicanos contra a monarquia, e a ocupação efectiva dos territórios coloniais, com violentas campanhas se necessário, havia sido uma prioridade da política republicana, sendo mesmo fundamental na justificação da entrada portuguesa na Primeira Guerra Mundial. A centralidade da figura do general Norton de Matos na colonização de Angola antes e durante a Nova República Velha, e depois o seu papel preponderante na Oposição ao Estado Novo até às eleições presidenciais de 1949 ilustram bem esta convergência na defesa da dimensão colonial do Estado português. Inicialmente, Salazar e o Estado Novo foram, aliás, atacados pela Oposição republicana por não se mostrarem suficientemente empenhados no Império. Por isso o primeiro acto constitucional do novo regime, o Acto Colonial de 1930, foi pensado para provar na letra da lei que Salazar era um colonialista empenhado.

A I República solidificou a identidade nacional ao dispensar um rei e uma dinastia para a encarnar; ironicamente, Salazar solidificou a república, ao retirar o exclusivo do republicanismo e do nacionalismo ao PRP/PD. A I República acabou ao fim de apenas 16 anos. Mas o Portugal de Salazar continuou a ser uma república.